




EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00344073420198172001

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCONDES JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico em **09/10/2018**, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa.

O autor ingressou com o pedido administrativo e este passou pelo crivo medico da seguradora, onde foi atestada a seguinte lesão.

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA		 <small>Administradora do Seguro DPVAT</small>		
<b>DADOS DO SINISTRO</b>				
Número: 3190110633	Cidade: Jaboatão dos Guararapes	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: MARCONDES JOSE DA SILVA	Data do acidente: 09/10/2018	Seguradora: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A		
<b>PARECER</b>				
Diagnóstico: FRATURA DO HÁLUX ESQUERDO.				
Descrição do exame físico: APRESENTA CICATRIZ NO HÁLUX, NÃO APRESENTA LEITO UNGUEAL E APRESENTA DIMINUIÇÃO IMPORTANTE DE MOVIMENTOS.				
Resultados terapêuticos: APRESENTA FRATURA CONSOLIDADA PORÉM COM RESTRIÇÃO DE MOVIMENTOS.				
Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM GRAU INTENSO DO(A) 1º DEDO DO PÉ (HÁLUX) ESQUERDO.				
Sequelas: Com sequela				
Data do exame físico: 18/02/2019				
Conduta mantida:				
Observações:				
<b>DANOS</b>				
<b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>	<b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b>	<b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b>	<b>% Apurado</b>	<b>Indenização pelo dano</b>
Dedos da pé-Perda funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10 %	Em grau intenso - 75 %	7,5%	R\$ 1.012,50
		<b>Total</b>	<b>7,5 %</b>	<b>R\$ 1.012,50</b>

**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

**Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo**

Número do Sinistro: 3190110633  
Nome do(a) Examinado(a): Marcondes Jose da Silva  
Endereço do(a) Examinado(a): Rua Henrique Dias, S/N BI 69 Apt 103 Cj Marcos Freire  
Marcos Freire Jaboatão dos Guararapes PE CEP: 54360-130  
Identificação – Órgão Emissor / UF / Número: [ SDS / PE ] 3148450  
Data local do acidente: [ 09/10/2018 ]  
Data local do exame: [ 18/02/2019 ] Olinda [ PE ]

**Resultado da Avaliação Médica**

- I. Descreva o(s) diagnóstico(s) da(s) lesão(ões) efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado:

**FRATURA DO HÁLUX ESQUERDO**

- II. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

**Tratamento: REALIZOU TRATAMENTO CIRURGICO NO HOSPITAL DO ESPINHEIRO , REALIZOU FISIOETRAPIA, MAS EVOLUIU COM LIMITAÇÃO DE FLEXO EXTENSÃO IMPORTANTE DO HÁLUX**  
**Complicações: NÃO HOUVE**  
**Data da Alta: OUTUBRO/2018**

- III. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado:

**APRESENTA CICATRIZ NO HÁLUX, NÃO APRESENTA LEITO UNGUEAL E APRESENTA DIMINUIÇÃO IMPORTANTE DE MOVIMENTOS**

- IV. Nexa de casualidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente de trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

☒ (X) Sim      ( ) Não

- V. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)

☒ (X) Sim      ( ) Não

- VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

**DIMINUIÇÃO DE ADM DO HÁLUX**

Caso a resposta do item V seja "Não", concluir utilizando apenas as opções no item VII "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item VII "b"

- VII. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

- a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).

( ) "Vítima em tratamento"

*Esta avaliação médica deve ser repetida em      dias*

( ) "Sem sequela permanente"

*(Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)*

- b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

**1º DEDO DO PÉ (HÁLUX) - Lado Esquerdo**

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve

( ) 50% médio      ☒ (X) 75% intensa      ( ) 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve

( ) 50% médio      ( ) 75% intensa      ( ) 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve

( ) 50% médio      ( ) 75% intensa      ( ) 100% completo

Região Corporal (Sequela):

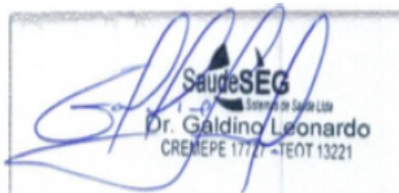
% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve

( ) 50% médio      ( ) 75% intensa      ( ) 100% completo

- VIII. (\*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.

Assinatura d(a)o Médico(a) Examinador(a)

Carimbo com Nome e CRM



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001

AGÊNCIA: 1769-8

CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:

21/02/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

1.012,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: MARCONDES JOSE DA SILVA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 04759

CONTA: 000000006558-7

Nr. da Autenticação 2A0F9BF2EA444CB6

A Lei que regula a indenização pleiteada pelo autor é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada no laudo (pé direito) seja em decorrência do acidente de trânsito.**

**Ocorre que foi realizada perícia judicial no dia 24.09.2019, onde o perito atestou as seguintes lesões:**

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura Maxila Esquerda

A lesão constatada na perícia foi a mesma atestada pela Ré na perícia realizada quando o autor ingressou com o pedido administrativo, contudo ao final do laudo o perito se equivocou ao graduar pé direito, ao invés do membro esquerdo que fora realmente lesionado.

A graduação abaixo, encontra-se contrária ao que foi atestado pela mesmo perito acima.

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão Pé direito	( ) 10% Residual ( ) 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média ( ) 75% Intensa
2ª Lesão	( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa
3ª Lesão	( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa
4ª Lesão	( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

Constata-se, pela simples leitura dos documentos médicos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o membro lesionado, e o membro graduado pelo perito, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Após análise documental, em nenhum momento foi identificada a lesão auferida no referido laudo pericial.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor.

Insta salientar que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a liquidação do sinistro na esfera administrativa, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da prova pericial corresponde ao pagamento efetuado administrativamente na monta de R\$ 1.012,50 (um mil e doze reais e cinquenta centavos), não havendo de se falar em complementação de indenização.

Na verdade ao final do laudo houve equívoco do perito ao graduar o pé direito, ao invés do pé esquerdo, o que de fato foi lesionado no sinistro, portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Tendo em vista a confusão do laudo pericial, a Ré impugna o mesmo, pois discorda do membro direito graduado.

Diante do equívoco, requer a intimação do perito, para que esclareça de fato qual o membro graduado, uma vez que no próprio laudo o mesmo atestou lesão no pé esquerdo, porém graduou o pé direito.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 8 de outubro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**